



Política e Democracia na Guiné-Bissau pós-colonial

Arnaldo Sucuma*

Resumo

O estudo tem como objetivo analisar as determinações políticas que interferem na estabilidade democrática na Guiné-Bissau. O trabalho enquadra-se no campo da sociologia política, aborda a ligação entre as relações políticas dentro das estruturas do Estado e o processo democrático e busca compreender o impacto dessas relações no processo de desenvolvimento socioeconômico e político do país, especialmente no período posterior à independência, tendo como seu referencial teórico o pensamento pós-colonial aplicado aos processos políticos dos países africanos. O estudo utilizou o método qualitativo, acompanhado de entrevistas semiestruturadas realizadas na Guiné-Bissau junto a informantes-chave e de uma pesquisa documental baseada em documentos oficiais do governo guineense. O resultado foi que várias determinantes influíram, nas várias fases da vida política do país, para uma fraca afirmação dos procedimentos normais de uma democracia, incluindo disputas de poder político visando controle do aparelho de Estado, crise econômica, problemas de pobreza, golpes de Estado protagonizados pelos militares, com a participação dos políticos, levando à situação atual de constante instabilidade e precariedade institucional.

Abstract

This study aims to analyze the political determinations that interfere with democratic stability in Guinea-Bissau. The work fits in the field of political sociology, addresses the connection between political relations within the structures of the State and the democratic process. It seeks to understand the impact of these relations on the process of socioeconomic and political development of the country, especially in the period after the colonial independence, having as its theoretical reference the post-colonial thought,

* Professor no Centro Universitário de Patos – UNIFIP/Paraíba/Brasil; Professor no Centro Universitário da Vitória de Santo Antão – UNIVISA/Pernambuco/Brasil; Professor na Universidade do Estado de Pernambuco – UPE/Brasil. Email: arnaldoarsu@gmail.com

applied to the political processes of African countries. This research used the qualitative method, accompanied by semi-structured interviews conducted in Guinea-Bissau with key informants and documentary research based on official documents from the Guinean government. The result was that there were several determinants that influenced in the various phases of the country's political life. The weak affirmation of the normal procedures of a democracy, which includes disputes over political power aiming to control the state apparatus, economic crisis, problems of poverty, coups d'état led by military with participation of politicians, leading to the current situation, of constant instability and institutional precariousness.

Introdução

Este trabalho resulta de uma pesquisa de campo realizada na Guiné-Bissau, tendo como objeto *a Política e Democracia na Guiné-Bissau Pós-Colonial*. O objetivo é analisar as determinações políticas que interferem na estabilidade democrática na Guiné-Bissau. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, em que a coleta de dados foi realizada com recurso técnicas de entrevistas semiestruturadas. Foram utilizadas também fontes primárias e secundárias (Eco 1984:65). As questões para as entrevistas foram orientadas a partir de tópicos guias, ou seja, de grupos temáticos, para melhor explorar as categorias que seriam trabalhadas na estrutura da pesquisa.

Em termos teóricos, o estudo está ancorado nos autores que desenvolvem estudos referentes ao processo de reconstrução política dos países africanos após a conquista de suas independências políticas, especialmente no caso da Guiné-Bissau, que é o objeto principal da nossa reflexão.

O texto apresenta uma reflexão sobre democracia, relações de poder político e o processo de desenvolvimento na Guiné-Bissau. Esta reflexão traz uma discussão em torno do contexto da experiência de democracia na sociedade Bissau-Guineense, sobretudo no período posterior à independência, tendo em conta a realidade social e cultural do País.

O país tem enfrentado na sua história recente um problema de instabilidade política com uma história de transição política instável. Esta afecta de forma negativa a construção da democracia na sociedade Bissau-guineense.

O processo de transição democrática na Guiné-Bissau vem sendo estudado por diversos autores guineenses, entre os quais Lopes (1997), Cardoso (1995; 1996) e Teixeira (2015a). Eles consideram a transição democrática e multipartidária como um fator importante para o país, possibilitando uma abertura política com a participação de diversos partidos políticos no jogo político e eleitoral. No entanto, foi um processo inacabado por diversas interferências, entre as quais a dos militares.

No final do século XX, concretamente entre as décadas de 1970 a 1990, considerado como a “terceira onda da democracia”, observou-se um processo de expansão da democracia liberal, que motivou a transição do autoritarismo para a democracia nos países do Sul e Leste europeu, da África e América do Sul. Os estudos realizados por Huntington (1994) e Przeworski (1994), Linz e Stepan (1999) demonstram a influência das instituições e elites no processo de transição nos sistemas multipartidários.

Huntington (1994) apresenta três modalidades diferentes de transição democrática: transformação do regime por meio de controle da liberalização pelo antigo regime autoritário; substituição do regime autoritário pelo regime democrático e transinstitucionalização a partir de negociação envolvendo o governo e as forças da oposição. Para o autor, nas sociedades que viveram a “terceira onda” a transinstitucionalização adquiriu um significado relevante no contexto de sua interpretação de democratização. De acordo com Huntington (1994), a transição construída com base no consenso oferece melhores condições para a consolidação do novo regime, independente de onde tenha vindo a iniciativa. “As negociações e a relação entre as elites políticas estiveram no cerne dos processos de democratização. Portanto, não importa que a iniciativa para a democratização tenha partido do governo, da oposição ou de ambos” (Huntington 1994:166).

De acordo com Przeworski (1994:56-57) a experiência histórica demonstrou que a democracia é compatível com a pobreza. No entanto, ele adverte: “a sobrevivência das novas democracias dependerá, em grande parte, de seu desenvolvimento econômico, por terem surgido em meio a uma crise econômica”. Para Przeworski, a questão básica das transições é saber se elas levam a uma democracia consolidada, ou seja, observar se as forças políticas submetem os seus interesses e valores às instabilidades institucionais, assim como aceitar os resultados dos processos democráticos. Przeworski (1994) argumenta que a transição política para a democracia pode ser considerada completa quando se estabelece o controle civil sobre os militares. As transições construídas através de um processo que envolve a emancipação pactuada deixam resíduos institucionais, incluindo a autonomia das Forças Armadas.

Mesmo que o resultado final não seja uma ditadura, antiga ou nova, as transições podem ficar bloqueadas em algum ponto nos regimes que restringem a contestação devido às intervenções militares [...] Embora a democracia venha a ser instalada, ela nem sempre se consolida. Em certas circunstâncias, as instituições democráticas podem produzir resultados que levam algumas forças políticas a optar pelo autoritarismo (Przeworski 1994:78).

No caso da Guiné-Bissau, a intervenção militar ocorreu no período colonial. Na década de 1990, o processo de democratização ganhou notoriedade a nível nacional, observando-se uma tendência para a instalação de regimes autoritários através de golpes de Estado com muitos traços de repressão de qualquer forma de contestação aos regimes militares instalados.

Tratando da transição como espaço de controle civil sobre os militares, Linz e Stepan (1999) oferecem uma definição não muito diferente daquelas apresentadas por Huntington e Przeworski. Primeiro, porque a transição vista no sentido de um acordo potencial de líderes políticos é importante para estabelecer a ordem democrática. Qualquer forma de governo democrático deve ser resultado das eleições gerais. Por outro lado, qualquer governo que chegue ao poder através de uma eleição livre deve ter a capacidade de promover políticas. Neste sentido, é fundamental observar o papel fundamental do Executivo, Legislativo e Judiciário para promover a ordem. De acordo com Linz e Stepan,

Uma transição democrática está completa quando um grau suficiente de acordo foi alcançado quanto aos procedimentos políticos visando obter um governo eleito; quando um governo chega ao poder como resultado direto do voto popular livre; quando o governo tem, de fato a autoridade de gerar novas políticas; e quando os Poderes Executivos, Legislativo e Judiciário, criados pela nova democracia, não têm que, de jure, dividir o poder com outros organismos (1999:21).

As contribuições de Huntington (1994), Przeworski (1994) e de Linz e Stepan (1999) são muito importantes no campo de análise das regras democráticas que se aproxima muito da democracia como método.

No caso da África, o debate sobre democratização envolve diversos intelectuais africanos, e é muito interpelado com enfoque para temas como elite militar, pobreza e crise econômica.

No contexto da Guiné-Bissau, a transição política, democrática e multipartidária não tem revelado um controle civil burocrático sobre os militares. Os sucessivos golpes de Estado, a pobreza e a crise econômica têm sido elementos importantes para esclarecer esta questão que será desenvolvida ao longo do artigo.

O texto está estruturado em três partes: a primeira trata dos desafios enfrentados pelo Estado da Guiné-Bissau logo após a proclamação da independência política. A segunda incide sobre os direitos democráticos e a Experiência Eleitoral na década de 1990. Na terceira parte o debate está centrado na conjuntura política contemporânea bem como seus impactos socioeconômicos e educacionais no processo de desenvolvimento.

Os Dilemas do Estado na Guiné-Bissau: a contextualização política no pós-independência

A Guiné-Bissau, que foi colônia de Portugal, sofreu muito com os impactos negativos da colonização, sobretudo no aspecto cultural, por exemplo, a desvalorização das culturas étnicas locais para assumir a cultura ocidental como símbolo de civilização. Apesar de “o descobrimento” ter acontecido no Século XV, a colonização portuguesa ganhou corpo no final do século XIX, com a Conferência de Berlim realizada pelas grandes potências imperialistas em 1884-85. Nesta Conferência decidiu-se dividir o continente entre as potências colonialistas que operavam em África. A decisão mexeu com as estruturas sociais, culturais e políticas de vários países ou territórios que formam o continente africano. Esta partilha visava garantir melhor controle do território e dos recursos humanos e econômicos que existiam localmente, sem respeitar os traços socioculturais dos povos locais. Para Gomes (2010:21), “a primeira fase, após a conferência de Berlim de 1884-85, aproximadamente entre 1897-1899, foi a de instalação das companhias concessionárias no território africano, [...] como advento do modo de produção colonial”.

Em termos de *enquadramento teórico*, a construção deste estudo se deu por intermédio de diálogo entre os/as autores que desenvolveram trabalhos ou reflexões no campo na literatura pós-independência pertinente ao nosso objecto de trabalho. A literatura pós-independência começou a ganhar espaço no mundo acadêmico a partir das décadas de 1970 e 1980. O pós-colonialismo constitui um conceito voltado para estudos culturais, relações de poder em diversos aspectos da vida social (política, cultural, relações de gênero etc.). Segundo Mata:

[...] Não existe uma teoria pós-colonial, o que parece aproximar as várias percepções deste campo de estudos é a construção de epistemologias que apontam para outros paradigmas metodológicos na análise cultural, sendo porventura a mais importante mudança a assinalar no campo dos estudos culturais (e literários) a análise das relações de poder, nas diversas áreas da atividade social caracterizada pela diferença: étnica, de raça, de classe, de gênero, de orientação sexual [...] (Mata 2014:27).

A categoria de análise pós-colonial constitui uma epistemologia que trouxe para debate conhecimentos e saberes produzidos especialmente em África, que não tinham espaço no meio acadêmico, dominado pelas teorias eurocêntricas.

Frantz Fanon e Enrique Dussel, que são pensadores bastante lembrados pelos intelectuais do pós-colonialismo, interpretaram a modernidade a partir de outro lugar, o lugar do sujeito colonizado. A partir daí, enfatizam a necessidade de fazer uma nova leitura de processo da colonização. Fanon

(2020) abordou os processos de subjetivação construídos pelo colonialismo e introjectados pelo colonizado em relação ao seu corpo de dominado, e a desvalorização devido à cor das peles negras e indígenas escravizadas. O autor prevê que a libertação dessas mentes só se dará através da desconstrução dessas formações discursivas e da construção de novas subjectividades. Dussel (1977) traz a sua contribuição refletindo sobre o processo de colonização e dominação a partir de uma nova epistemologia, que ele chamou de filosofia da libertação na América Latina. O autor considera que é necessário descobrir uma nova face do processo de modernização a partir de um olhar sobre o mundo periférico colonizado, o índio sacrificado, o negro escravizado, a mulher oprimida, a criança e a cultura popular alienada, que seriam as vítimas da modernidade, e como vítimas do que eles consideram o acto irracional que é contraditório ao mito ideal de racionalidade da modernidade. Para Dussel (1977) não se trata de negar o princípio da racionalidade, mas sim de construir uma nova racionalidade a partir de outro olhar, outro lugar e da compreensão sobre a cultura e as necessidades e utopias dos povos subalternos na América Latina.

No período colonial, os nomes tradicionais de pessoas foram substituídos pelos nomes ocidentais. Vale salientar que cada nome tradicional tem um significado ligado à tradição local e à ancestralidade. Isso atingiu as culturas locais de diversas etnias que vivem na Guiné-Bissau. Para a colonização, as culturas e a história dos povos africanos não se enquadravam numa cultura civilizada.

Os colonos portugueses desvalorizaram as culturas locais, interferindo na mudança de nomes tradicionais para nomes de origem ocidental, sobretudo nas zonas urbanas, considerando que as culturas locais eram não-civilizadas e, por isso, precisavam de ser enquadradas na direcção e no espírito das culturas civilizadas (Gomes 2010).

Também, ao longo do período da colonização, Portugal não desenvolveu políticas públicas que contribuíssem para o desenvolvimento da sua antiga colónia que era chamada da “Guiné-Portuguesa”. Segundo Djú:

Os portugueses cientes de que mais cedo ou mais tarde serão expulsos devido às resistências que enfrentavam e às guerras travadas contra os pequenos estados, reinos em diferentes cantos da “Guiné-Portuguesa” resolveram não criar as condições propícias para o desenvolvimento, começando desde a limitação de acesso à escola aos povos locais (Djú 2019:5).

A Guiné-Bissau é um país multicultural. Segundo o censo de 2009, o país possui actualmente 14 etnias, mais uma pequena parte da população que não pertence a nenhuma etnia. Ela corresponde a 2.2% da população (Ministério da Economia, do Plano e da Integração Regional, 2009:22).

Cada etnia tem as suas culturas, a sua religiosidade, e estruturas de poder político tradicional, seja na forma do reinado ou de conselho de anciões, etc. São culturas que apresentam diversos valores éticos, sociais, de solidariedade na transmissão de conhecimentos, por exemplo, no campo da medicina tradicional inspirada na relação entre o homem e a natureza. Vale salientar que as culturas dialogam entre si, facto que ajuda a melhorar a convivência interétnica.

Observando a contribuição de Gomes e Djú, ficou evidente que a colonização portuguesa actuou de forma negativa para desvalorizar as culturas locais, bem como deixando de criar condições materiais que contribuíssem para o desenvolvimento de sua ex-colônia, especialmente no campo da educação.

A reflexão sobre a construção política do Estado Bissau-Guineense após a independência política ajudará no processo de compreensão da história política do país nos últimos quarenta e três anos. Nesta reflexão, levaremos em consideração a complexidade social, histórica e cultural do país. Por isso, pretende-se interpretar esta realidade política, começando pela realidade histórica, facto que significa que devemos pensá-la em termos de fases de desenvolvimento, dentro das quais as divisões de tarefas se ampliam. Nesta ordem de ideias, iremos estruturar a nossa reflexão em três momentos/fases que podem ser chamados de projetos de sociedade.

Primeira fase da construção de projeto de sociedade na Guiné-Bissau

O *primeiro momento* vai de 1973 a 1980. Após a proclamação unilateral da independência feita pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) na pessoa do General e Comandante João Bernardo Vieira, em 1973, na Madina de Boé, zona leste do país, os cidadãos bissau-guineenses e cabo-verdianos começaram a governar os seus próprios países. Um ano depois da proclamação pelo PAIGC, a independência foi reconhecida por Portugal em 1974, após a Revolução dos Cravos de 25 de Abril. De acordo com Ferreira, “Em 25 de abril de 1974 aconteceu o golpe de Estado em Portugal que ficou conhecido pela Revolução dos Cravos pondo fim a uma ditadura que durava quase 50 anos” (Ferreira 2012:2).

A Guiné-Bissau e Cabo-Verde eram dois Estados, com Conselho de Estado da Guiné-Bissau e de Cabo Verde. Eram dois países governados pelo PAIGC entre 1973 até início de 1975, com administração autónoma e diferenciada nos dois países. No caso da Guiné-Bissau, Luís Cabral era Presidente da República. No dia 05 de julho de 1975, Cabo Verde proclamou a sua independência e o primeiro presidente foi Aristides Pereira (Sucuma 2013).

Para Teixeira (2015a), o PAIGC foi fundado em 19 de Setembro de 1956 por Amílcar Cabral e mais “cinco colegas” em Bissau. Segundo Semedo (2012), a criação do PAIGC em 1956 esteve baseada na luta pelo acesso à liberdade, direitos, justiça e desenvolvimento. Neste sentido, o partido foi fundado dentro da perspectiva de unidade, liberdade e desenvolvimento. No manifesto que simbolizou os princípios e as estratégias do PAIGC, Amílcar Cabral defendia a seguinte ideia:

Os princípios básicos do nosso partido são a unidade e luta [...] Qualquer que sejam as diferenças que existem, é preciso ser um só, um conjunto, para realizar um dado objetivo. Cada um pode conservar a sua personalidade, as suas ideias, a sua religião, os seus problemas pessoais para obedecer todos a uma coisa, agir em conjunto contra qualquer adversário. Não é preciso unir toda gente para lutar num país, basta realizar um certo grau de unidade. Tomadas em conjunto, unidade e luta significa que para lutar é preciso unidade, mas para ter unidade também é preciso lutar (Cabral 1978:120).

O discurso de Cabral teve seus efeitos no período da mobilização pela luta armada e política, junto aos combatentes e a um pequeno grupo da elite política da época; uma boa parte desta elite era mestiça e formada por funcionários públicos da administração colonial. Isso demonstra o resultado do discurso da unidade interétnica e política proferido pelo líder de PAIGC. Segundo Kohl (2011:39), o “movimento independentista advogou um modelo de unidade nacional na diversidade étnica”.

A ideia em torno da unidade nacional dentro da diversidade étnica, que sempre foi defendida por Amílcar Cabral em suas obras, representa uma estratégia para enfrentar a luta pela independência. Neste sentido, a reflexão apresentada por Kohl sobre a unidade nacional na diversidade étnica foi importante para compreender o valor que a unidade nacional, alimentada pela diversidade étnica, teve no processo da luta pela independência política na história da Guiné-Bissau.

De acordo com a primeira Constituição da República, de 1973, logo após a independência até finais dos anos de 1980, os ministros eram chamados de comissários, a equipe de comissários era coordenada por um comissário principal que hoje seria equivalente ao primeiro-ministro, subordinado ao Presidente da República (Ferreira 2012:2).

Na República da Guiné-Bissau, Luís Cabral manteve-se como Presidente entre 1973 e 1980. Durante este período pós-independência, o governo da Guiné-Bissau iniciou um processo de progresso econômico, focado nas indústrias de base de pequeno porte. Segundo João José Silva Monteiro (ex-ministro da Educação e dos Negócios Estrangeiros) numa entrevista à

agência de notícias portuguesa (2015): “Havia fábricas, havia ideias, criava-se bem-estar. ‘Os primeiros anos’ de independência da Guiné-Bissau ‘foram fabulosos em termos de investimento público no desenvolvimento social e econômico’” (Monteiro 2015). Por outro lado, este período foi marcado também pelas relações políticas conflituosas entre políticos do PAIGC; muitos atores políticos foram presos, torturados e perseguidos. Inclusive, muitos cidadãos que criticavam o regime sofreram retaliações. Para Teixeira, este quadro político foi causado pelas contradições e disputas pelo poder político entre dirigentes guineenses e cabo-verdianos dentro do PAIGC, que motivou a prisão de muitos políticos ou de pessoas que criticavam as falhas do partido (Teixeira 2015a). Neste contexto, o país vivia sob um regime de partido único, o PAIGC. Convém lembrar ainda que a liberdade de expressão foi ameaçada constantemente, nesta época. Essa limitação estendeu-se até ao período do multipartidarismo democrático, e a participação da sociedade civil sempre constituiu uma espinha dorsal para o Estado. Segundo Ferreira (2012:2), “O novo poder que se instalou em Bissau (1974) não escondia o seu caráter repressivo, autoritário, intimidatório e revanchista”.

De 1973 até finais dos anos 1980 não houve eleições gerais no país. A mudança de presidente que aconteceu em 14 de novembro de 1980 foi através de um golpe de estado. As constantes crises políticas internas constituíam um dos obstáculos ao processo do desenvolvimento. Esta inquietação nos leva a pensar na elite política que dirigiu o país entre 1973 a 1980. Neste período, no seio da cúpula política guineense a grande maioria não tinha um alto nível de escolaridade, apesar de ter uma sólida formação política. Este contexto ajuda a compreender o processo de diferenciação de uma geração marcada por trajetórias distintas de uma luta comum. Parte da memória da cúpula desta elite que tinha nível de escolaridade era constituída pelo ex-Presidente da República, Luís Cabral, Francisco Mendes, Mário Cabral e outros. Os avanços registrados nesse período, permitem-nos entender que a influência dessa elite esclarecida, liderada por Luís Cabral, demonstrava um pensamento ambicioso de desenvolvimento a longo prazo, apesar de ser incipiente e precário.

Diante do exposto, é possível perceber o registo de um *período de renascimento, coroado de luzes na mente das lideranças políticas e comunitárias* bissau-guineenses. Esse processo teve o seu início no período que envolve a mobilização para a luta de independência até 1980. Foi um período em que houve intenso debate ideológico protagonizado por Amílcar Cabral e outras lideranças socialistas bissau-guineenses e cabo-verdianas. O debate contribuiu bastante para fortalecer os combatentes em guerrilha. Apesar da possibilidade de renascimento supracitado, não se pode dizer que essa

conjuntura tinha sustentabilidade. Essa visão foi colocada pelo entrevistado número um, que é um dirigente político:

Desde período da luta armada até logo depois da independência nos anos 70 a nossa mente e atitude foi alimentada dentro da ideologia socialista. Neste período pensávamos criar fábricas no país, governar para o povo, impedir a concentração de renda por parte dos governantes. O presidente Luís Cabral dizia aos membros do governo que todo comissário que tiver algum bem incompatível com o seu salário deve ser investigado para apurar se roubou dinheiro público ou não. A honestidade era muito estimulada (Entrevista realizada pelo autor em Bissau, no dia 11 de Julho de 2016).

O depoimento deste entrevistado demonstra alguns valores considerados importantes para estimular a boa governação numa república jovem e recém-independente, mas com riscos de desvios ideológicos, ameaçada pela corrupção e pela alienação dos dirigentes. Alimentar-se de ideologias de forma equilibrada é importante para o homem moderno. Isso justifica alguns investimentos feitos nesse período em pequenas indústrias de base e outros. Não obstante, revisitando a história neste período outros valores fundamentais foram violados, como foi o caso dos direitos humanos através de torturas de pessoas que lutaram do lado dos portugueses, dos que pensavam diferente dos combatentes do PAIGC; e a liberdade de expressão também era ameaçada.

Esse debate ideológico incluiu a superação do imperialismo português e do domínio estrangeiro na actual Guiné-Bissau e Cabo Verde, isto é a promoção de liberdade e desenvolvimento social alimentados pela ideologia socialista. Para Cabral e Comitini, “O pior, ou melhor, mal que se pode dizer do imperialismo, qualquer que seja a sua forma, é pegar em armas e lutar. É o que estamos a fazer e faremos até a liquidação total da dominação estrangeira nas nossas pátrias africanas” (Cabral & Comitini 1980:23).

Por outro lado, a ideologia que norteou a luta pela independência começou a ser ameaçada na sequência da disputa de poder político e econômico após a independência, que ficou mais intensa no final da década de 1970 e que culminou com o golpe militar de 1980. Dessa forma, reabriu-se um *período obscuro* na história da Guiné-Bissau. Neste período, a liberdade que foi muito aclamada no período colonial não se concretizou da forma como era esperada por causa da hostilidade entre os políticos e atingiu diretamente a sociedade.

O depoimento de Cabral e Comitini pode ser enquadrado no contexto de relações de poder na esfera internacional, particularmente entre a União Soviética/ US e Estados Unidos de América/EUA. Cabe lembrar que durante a luta da libertação e no período pós-independência a Guiné-Bissau

recebia apoios logísticos (armas, fardas para militares...), econômicos dos países do “socialismo real” como a Rússia e Cuba. Não obstante, após a independência os EUA e seus aliados na Europa começaram a dialogar com o governo da Guiné-Bissau com a finalidade do país aderir à democracia liberal, facto que veio a acontecer nas décadas de 1980 a 1990, quando se iniciou o processo da transição política e multipartidária. Este processo teve envolvimento do Banco Mundial/BM e do Fundo monetário Internacional/FMI com o objectivo de reverter a crise econômica.

Assim, a política de unidade nacional defendida por Amílcar Cabral e pelo governo de Luís Cabral perdeu fôlego depois da independência. Este cenário expõe as contradições da luta que vinham desde o período da luta armada e conflitos internos no seio das elites políticas e econômicas. Este contexto sofreu o peso das influências internacionais do período pós-segunda guerra mundial.

Segunda fase da construção de projeto de sociedade na Guiné-Bissau

O segundo momento concentra-se no período entre final de 1980 e 1993. Em 1980, um golpe de estado levou o General João Bernardo Vieira a assumir a presidência da República, derrubando o Presidente Luís Cabral. Em 1984, a Presidência da República anunciou uma tentativa de golpe de estado frustrado que resultou na morte de muitos cidadãos guineenses. Foi um período de partido único sem disputa de eleições multipartidárias. O que se verificava era a eleição no seio do PAIGC para a escolha do presidente do Partido. Neste período João Bernardo Vieira ocupou o cargo. Ao mesmo tempo foi também Presidente da República de 1980 até 1994 e desta data, quando assumiu a presidência como primeiro presidente democraticamente eleito, até 1998, ano em que foi destituído por um golpe militar que gerou uma breve e violenta guerra civil.

O golpe de Estado de 1980 ocorreu num ambiente em que havia muita disputa política interna no seio do partido PAIGC. Esta disputa vinha desde a luta pela independência. De acordo com Semedo, “O PAIGC enfrentava problemas de luta pelo poder, conflitos internos, intrigas, insatisfações e traições desde a luta de independência, em todos os domínios: político, diplomático e militar” (Semedo 2012:7). Tinha também rivalidades entre combatentes guineenses e cabo-verdianos. Havia um entendimento por parte de alguns combatentes guineenses de que os guineenses não ocupavam cargos-chave no governo, muito embora o cargo de Comissário do Partido, que correspondia à função do primeiro-ministro, fosse ocupado pelo guineense Francisco Mendes em 1973, e o cabo-verdiano Luís Cabral tivesse

sido escolhido como presidente do partido, ocupando também o cargo de Presidente da República. Teixeira (2015a) apontou:

As contradições e disputas pelo poder entre dirigentes cabo-verdianos e guineenses [...] outra justificativa do golpe de Estado foi a de tirar o poder político da mão dos cabo-verdianos, que detinham cargos chave no governo de Luís Cabral, para devolvê-los aos “verdadeiros” combatentes guineenses, que dirigiram as principais frentes de combate para a independência” (Teixeira 2015a:196).

Esses conflitos políticos entre os combatentes guineenses e cabo-verdianos, no seio do PAIGC, contribuíram para o golpe de Estado de 14 de Novembro de 1980. A compreensão deste processo foi possível através da contribuição de autores do campo pós-colonial.

Com o movimento que começou em 1980, iniciou-se uma nova fase de construção de elite política urbana e militar, que foi sendo ampliada nas décadas seguintes. Acontece que neste período havia uma pressão nacional e internacional para que a Guiné-Bissau adoptasse um regime de democracia multipartidária. Para isso, o país precisava de construir um processo de transição política de um projeto socialista para o projeto de “democracia burguesa” no formato multipartidário influenciado pelo neoliberalismo. Porém, essa transição política foi inacabada, visto que faltou realizar reformas dentro das forças armadas provenientes da luta de libertação acostumadas ao modelo de partido único, onde também havia conflitos internos motivados pela disputa de poder. De acordo com Teixeira:

[...] A transição política na Guiné-Bissau, a partir dos anos 1990, foi um processo inacabado e sobreposto. Nela, sobressaiu o poder militar herdado da luta armada de libertação dirigida pelo Partido Africano para Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC), [...] Neste sentido, a intervenção militar nos processos políticos tornou a convivência e a reivindicação democrática do Estado e da sociedade civil mais difícil de serem articuladas (Teixeira 2015b:205).

Esses factores contribuíram para o golpe contra o Presidente João Bernardo Vieira em Junho de 1998 com consequências sentidas até aos dias actuais. Uma boa parte da elite política teve uma participação activa nesse processo em que se observou uma constante instabilidade política no país, numa aliança com os militares envolvidos no processo. Conforme João José Silva Monteiro, na entrevista à agência de notícias portuguesa já mencionada acima,

[...] Guiné-Bissau sofre de uma instabilidade estrutural na cúpula do poder político, “que não consegue estabilizar-se”. E isso complica tudo. Todos os dias observam-se novos membros de Governo ou um novo director-geral, novo primeiro-ministro... não há país que consiga avançar assim. Nem a Itália consegue, compara [...] (Monteiro 2015).

Esta visão de Monteiro demonstra que a instabilidade política do país era motivada pelo acesso ao poder e controle do Estado fora das regras do jogo democrático. Esta disputa induz trocas sucessivas de governos que acaba afectando a estrutura do Estado e seu funcionamento. Por outro lado, esta disputa possui também um pendor econômico como forma de acumular fortuna em prol da própria classe política e não da população. Isso acaba revelando um comportamento patrimonialista no seio da classe política. Como explicita o entrevistado número dois, que é atualmente um dirigente da sociedade civil,

Nós vimos que nos anos 70 o Presidente Luís Cabral dizia aos membros do governo que todo comissário que tiver algum bem incompatível com o seu salário deve ser investigado para apurar se roubou dinheiro público ou não. Havia uma apologia à honestidade. Mas nos anos 80 em diante, os conflitos de interesses entre os governantes causaram quedas de muitos governos, que gerou onda de instabilidade política no país (Entrevista realizada pelo autor em Bissau, no dia 28 de julho de 2016).

Neste período, aumentou o nível de autoritarismo e, conseqüentemente, da repressão. O país continuava sendo dirigido pelo único partido, ou seja, partido Estado, que era o PAIGC sob a liderança do Presidente João Bernardo Vieira. As empresas estatais, criadas na década de 1970 através de financiamento internacional de países parceiros da Guiné-Bissau foram à falência na década de 1980 por problemas de gestão. A maioria das empresas supracitadas era viável e administrável. Porém, todas elas foram à falência por má gestão e por uma administração ineficiente (Barros 2011).

A contribuição de Filinto Barros ajuda a esclarecer o contexto que motivou a falência das empresas estatais criadas depois da independência. Este cenário colocado em debate contribuiu para a redução das capacidades e possibilidades estruturais do Estado bissau-guineense em responder às demandas anteriormente atendidas por estas empresas como adiante se irá mencionar. Elas vão do acesso ao emprego ao fornecimento de produtos básicos alimentares e outros para a sociedade.

Infelizmente, constatou-se que na história recente do país os sucessivos governos constituíram os principais violadores dos direitos humanos usando o prestígio do cargo para cometerem actos que violam os direitos humanos em nome do Estado. Como coloca no seu depoimento o entrevistado número dois, que é um dirigente político,

A instabilidade política do país prende-se, em primeiro lugar, com a história da luta da libertação nacional, que aconteceu através de um processo de violência para obter a sua independência. Segundo, porque o PAIGC governou o país sempre sozinho em plenamente o espaço político e militar, em oposição ao

colonialismo, acedeu independência com uma certa estabilidade governativa, mas com violência política contra os antigos opositores políticos no âmbito da luta pela independência, como foi o caso de FLING, MDG e muitos outros movimentos da burguesia guineense. As coisas se complicaram por causa da cisão interna no próprio PAIGC, esta cisão sempre existiu, mas que com 14 de novembro de 1980, que é uma espécie de prolongamento da cisão de 1970 e 73 que deu origem da morte de Amílcar Cabral, abriu brechas no partido, depois continuou com 17 de outubro de 1980, com uma nova brecha em que várias lideranças políticas foram fuzilados, chegamos a transição política muito fragilizado, com um líder forte que era João Bernardo Vieira (vulgo Nino Vieira), comandante geral das forças armadas, não porque era Presidente da República, mas porque era chefe da guerrilha do PAIGC, mas com muita oposição interna na pessoa de Paulo Coreia que foi fuzilado em 17 de outubro, Vitor Saúde Maria, Manuel Saturnino da Costa, Samba Lamine Mané, criou-se uma brecha, e abertura política exagerou esta brecha. Uma parte da juventude saiu do partido. Terceiro foi o insucesso da implementação das reformas econômicas no âmbito do Programa de Ajustamento Estrutural, abraçamos o liberalismo. Quarto fator está ligado a desvinculação das forças armadas da política a fim de se ocupar da defesa do território. (Entrevista realizada pelo autor, em Bissau, no dia 28 de julho de 2016).

Diante deste histórico de violência política e humana, percebe-se também que esta instabilidade governativa atinja fortemente a viabilização das políticas públicas que ajudam a minimizar as mazelas da pobreza e garantir a liberdade de expressão. Neste sentido, as organizações da sociedade civil vêm cobrando, dos diversos governos, uma intervenção nesta direção. De acordo com a Liga Guineense dos Direitos Humanos (LGDH):

É importante sublinhar que a educação não constitui prioridade na Guiné-Bissau visto que o nível de investimento público no sector cifra na ordem de 13% do Orçamento Geral de Estado, contrariamente à media dos países com mesmo nível de desenvolvimento, onde a quota de investimento para o desenvolvimento do sistema de ensino é de 23,6%. O país apresenta problemas de pobreza em termos económicos e violação dos direitos humanos e liberdade de expressão. [...] Por outro lado, as constantes crises políticas contribuem para que este quadro não seja superado (LGDH 2016:33).

Este contexto político hostile impossibilita um processo de construção do *desenvolvimento social, económico e da democracia* no país, fato que motivou pressões da sociedade civil interna e da comunidade internacional obrigando o Presidente João Bernardo Vieira e o PAIGC a fazer mudanças no estatuto do partido e na constituição para construir um ambiente capaz de trazer possibilidade de pensar o desenvolvimento mais amplo do país. Isso permitiu o surgimento de novos partidos nos anos 1990, abrindo assim o espaço para a democracia multipartidária.

Terceira fase/momento da construção de projeto de sociedade na Guiné-Bissau

Em termos sociais, a relação entre o Estado e a sociedade civil tem sido de muita pressão política por parte desta última, principalmente em relação à redução da pobreza, oportunidades de emprego para jovens, garantias de liberdade de expressão, saúde e educação de qualidade. De acordo com Teixeira (2015b: 444), “A questão de equilíbrio social, segurança e paz, direitos e desenvolvimento são compreendidos com ausência do Estado em sua relação social”. Neste sentido, percebe-se a necessidade de construir uma consciência política colectiva que contribua para a construção de uma sociedade mais justa que ajude a promover um espírito democrático que permita à população o acesso aos bens e serviços.

A partir de 1991, com a promulgação da Lei Constitucional nº 1, em substituição ao artigo 4 da Constituição de 1990, o país entrou no processo de multipartidarismo. No bojo deste debate, o Estado da Guiné-Bissau adoptou oficialmente o sistema político conhecido por semipresidencialismo, que se oficializou com as primeiras eleições presidenciais e legislativas por sufrágio universal em 1994, elegendo João Bernardo Vieira como Presidente. Neste sistema, até hoje em vigor, o Presidente da República é eleito por via de eleições presidenciais. Nas eleições legislativas, os partidos elaboram uma lista de candidatos a deputados e nesta lista a pessoa indicada ao cargo de Primeiro Ministro normalmente fica como cabeça da lista. Dependendo do estatuto dos partidos, esta pessoa pode ser presidente do partido ou secretário geral do partido. No entanto, por meio de acordos internos ou não, já houve casos em que foram escolhidas pessoas que não ocupavam os cargos supracitados. O Presidente é eleito através de eleições presidenciais e a Assembleia Nacional Popular/ANP é eleita através de eleições legislativas em que se elegem os deputados; o partido indica o Primeiro Ministro. Na constituição vigente, o Presidente e o Primeiro Ministro possuem poderes efectivos. No entanto, o Presidente tem mais poderes e pode demitir o Primeiro Ministro e dissolver o parlamento em caso de grave crise política, conforme consta na Constituição.

Portanto, este *Terceiro momento* que se iniciou a partir de 1994, foi um período em que se realizaram as primeiras eleições gerais e multipartidárias para eleger o presidente da República e o Primeiro Ministro na Guiné-Bissau. Este processo teve pressão nacional e contou com a participação da Liga Guineense dos Direitos Humanos (LGDH), lideranças do partido Resistência da Guiné-Bissau (RGB) e outros, assim como houve também pressão internacional. Estamos a falar de um processo de implantação da democracia multipartidária que chegou ao continente africano nos anos 1980 e foi ampliado na década de 1990.

A realização de eleições gerais em 1994 foi um ato importante e histórico na sociedade guineense. Mas vale salientar que a realização das eleições não significa a solução de problemas mal resolvidos em termos sociais e políticos. Por outro lado, trouxe esperança para a sociedade. Segundo Augel,

Foram muito grandes as esperanças depositadas nas eleições, tanto pelo PAIGC, até então o único partido do país, como no seio de uma dúzia de partidos de oposição e nas muitas ONGs aqui fundadas nos últimos anos. Mesmo aqueles que vêm claramente que nenhum governo poderá resolver a curto prazo os problemas estruturais do país, acalentam esperanças e otimismo que uma renovação da sociedade seja possível (Augel 1996:75).

No caso da Guiné-Bissau, a realização das eleições era um sonho de Amílcar Cabral que, ao falar na Assembleia Nacional Popular, deixou isso muito claro no seu testamento político: “Far-se-ão públicos os resultados das eleições gerais e nosso objectivo será informar a opinião pública mundial e todas as instâncias nacionais e internacionais a respeito desse importante acontecimento histórico da luta do nosso povo” (Cabral & Comitini 1980: 15). Embora no período em que Cabral viveu, num contexto da luta armada, a democracia e a realização de eleições não fossem uma realidade.

A ausência de uma democracia multipartidária dentro do continente africano, especificamente na Guiné-Bissau, tornou difícil o acesso a empréstimos financeiros junto aos credores internacionais por parte do governo para contornar o problema econômico e o aumento da pobreza. Segundo Carlos Cardoso,

A nível interno de África tinha-se chegado à conclusão que o sistema de partido único bem como a ausência da democracia tinha sido uma das causas principais do desastre económico verificado ao longo de três décadas de independência [...]. Estavam assim criadas as condições internas e externas para que a África pudesse embarcar no comboio da mudança que, entre outras, bradava a bandeira do liberalismo económico, da democracia multipartidária e da defesa dos direitos do homem. A Guiné-Bissau, sendo um dos países mais pobres do mundo, tendo praticado ao longo dos primeiros quinze anos da sua independência uma política económica desastrosa, tendo tido um regime autoritário de partido único e tendo diversas vezes violado os direitos elementares da pessoa humana, não podia escapar à regra. Também aqui estavam reunidas as condições internas e externas para se iniciar um processo de mudanças profundas a todos os níveis da sociedade, mormente nos domínios político e económico (Cardoso 1995:259-260).

De fato, as dificuldades econômicas e a pobreza eram uma realidade enfrentada pelo governo da Guiné-Bissau e em África em geral. A abertura

política do país criaria a possibilidade de se conseguir financiamento para atender às demandas supracitadas. Conforme afirma Cardoso:

Na mesma altura a África encontrava-se mergulhada numa profunda crise econômica. Alguns países como a Guiné-Bissau, o Ghana, a Costa do Marfim, o Senegal vinham tentando ultrapassar esta crise apelando às ajudas de organismos financeiros internacionais como FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial. A Guiné-Bissau, sendo um dos países mais pobres do mundo, tendo praticado ao longo dos primeiros quinze anos da sua independência uma política econômica desastrosa, tendo tido um regime autoritário de partido único e tendo diversas vezes violado os direitos elementares da pessoa humana, não podia escapar à regra. Também aqui estavam reunidas as condições internas e externas para se iniciar um processo de mudanças profundas a todos os níveis da sociedade, mormente nos domínios político e econômico (Cardoso 1995:259-260).

No entanto, esta mudança não garante o desenvolvimento imediato e muito menos o fim da pobreza. Por exemplo, hoje a Guiné-Bissau continua sendo um dos países mais pobres do mundo, com uma democracia instável, acompanhada de dum histórico de golpes militares. Para Teixeira:

A partir das décadas de 1990, com o processo da democratização, assistiu-se a uma tendência à instalação de regimes autoritários mediante golpes de Estado, o que significou a repressão de qualquer forma de contestação aos regimes militares instalados. Golpes de Estado passaram a fazer parte do dia-a-dia da agenda política dos principais atores políticos nacionais, contribuindo largamente para criação de um ambiente social e político crítico, convivendo com problemas da pobreza (Teixeira 2015b 204).

No caso da Guiné-Bissau, para fazer a transição política era necessário encarar uma reforma política. Esta reforma faz parte das condições colocadas pelo Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI) para apoiar o Programa de Ajustamento Estrutural. Nos finais dos anos 1980 e início dos anos 1990, o PAIGC (partido no poder cujo regime era de partido único) começou a pensar nas reformas que deveriam ser feitas para garantir uma transição política de regime no país. De acordo com Carlos Cardoso,

A primeira medida formal tomada pelo poder no sentido de fazer face aos “ventos de mudança” que se anunciavam, foi a criação, em junho de 1998, na sequência de uma reunião alargada do Comité Central do PAIGC, de uma comissão Alargada de Reflexão. Esta comissão era composta não só por dirigentes do PAIGC, mas igualmente por alguns quadros e técnicos que, outrora membros de estruturas políticas ligadas de alguma forma ao PAIGC [...]. Tratava-se, segundo o então Secretário permanente do Comité Central do Partido e 2º Vice Presidente do Conselho de Estado, “de uma maneira mais ampla, de uma maneira mais profunda, analisar a situação nacional, não só partidária,

mas também estatal: atividades de diferentes órgãos do Estado e do partido, o papel do partido em relação aos órgãos do Estado [...] (Cardoso 1996:25).

De fato, ainda que se possa dizer que a transição política feita no país tivesse sido tímida por não mexer de forma mais profunda na Constituição da República herdada do colonizador português, ela trouxe no entanto alguns avanços importantes que não podem ser esquecidos, lembrando que este processo contribuiu para a desvinculação do sindicato dos trabalhadores do PAIGC. Neste caso, cabe salientar que este processo de desvinculação formal se dá num contexto de surgimento de novas organizações sindicais, não necessariamente da União Nacional de Trabalhadores Guineenses (UNTG), na criação de novos partidos políticos e na criação de associações e outras organizações não governamentais.

Alguns altos dirigentes do PAIGC ficaram escandalizados: um dos membros da missão de reflexão criada para pensar a situação do país, propôs que, num novo sistema político a instituir, os trabalhadores deviam eleger livremente os seus próprios líderes sindicais, sem a intervenção do partido. Muitos dirigentes do partido viam no multipartidarismo uma ameaça para a África. No entanto, existia um grupo de dirigentes do PAIGC disposto a levar à frente as reformas até às últimas consequências. Estas divergências de concepção abriram caminho para o desencadeamento de um conflito interno no seio do partido (Cardoso 1996:26).

Outro aspecto importante, que ocorreu neste período, foi a proliferação de novos partidos políticos que inclusive ganhou contornos desenfreados. Os anos 1990 abriam a possibilidade de um processo de renascimento que reiniciava através da mobilização do conjunto da sociedade civil, resultando na criação de várias Organizações Não Governamentais (ONGs) para além de associações de jovens e de moradores em todo o território nacional. Neste sentido, Cardoso, Teixeira e Augel contribuíram com as suas obras para o processo de compreensão da transição da democracia multipartidária na Guiné-Bissau em debate neste trabalho.

Em 1998 foi criado o Movimento Nacional da Sociedade Civil para Paz, Democracia e Desenvolvimento (MNSCPDD). O principal objectivo era promover a paz, o espírito democrático e o desenvolvimento da Guiné-Bissau.

No período de 25 a 27 de novembro de 1999 foi realizada, na cidade de Quinhamel, um encontro que foi considerado como a Assembleia Geral Constituinte do Movimento Nacional da Sociedade Civil para Paz, Democracia e Desenvolvimento (Gomes 2014:91). A criação formal do movimento aconteceu no final da guerra civil que iniciou em junho de 1998. A sua base de sustentação foi construída por meio de um esforço conjunto de diversas organizações da sociedade civil.

Perante as mudanças políticas e avanços que aconteceram nesse período, as instituições da República, nomeadamente na administração pública e no poder judiciário, não acompanharam a evolução política verificada no país. Isso se deve, em grande parte, às escolhas da elite política governamental guineense que se envolveu em actos de instabilidade política que assolaram o país nas últimas décadas, resultando em golpes de estado e demissões de sucessivos governos. Para Teixeira, “Essas elites mostraram-se incapazes de satisfazer as necessidades essenciais da população, [...] além de contribuir pelo ambiente de instabilidade política institucional, através de golpes de Estado nas últimas décadas” (Teixeira 2015b:212). Neste sentido, observando o depoimento do entrevistado número 27, que é um activista da sociedade civil:

A instabilidade política faz com que não haja horizontes dentro do país. Todos os partidos que ganharam eleições com maioria absoluta nunca conseguiram governar até o final do mandato, seja no PAIGC, quanto no PRS. Isso gera frustração de sonhos e perspectivas para o futuro (Entrevista realizada pelo autor, em Bissau, no dia 21 de julho de 2016).

Este contexto gerou uma desconfiança da sociedade em relação aos políticos. Actualmente, temos uma parcela da sociedade que não acredita na sua elite política. Recorde-se que essa sociedade civil sofre com a limitação de sua autonomia e com um ambiente social e político hostil causado por golpes de Estado. De acordo com Teixeira

Na atualidade, a questão que se coloca é de saber como uma sociedade civil, que está marcada pelas forças conservadoras e por golpes de Estado, pode defender ou tentar defender a sua autonomia, quando domina uma situação paradoxal de instabilidade social e golpes. [...] Tendo em conta também que existe falta de confiança da sociedade na elite política e militar (Teixeira 2015b: 204 e 213).

Estas circunstâncias constituem um cenário totalmente diferente do período após a proclamação da independência política. Havia muita confiança nos políticos combatentes, sobretudo no que se refere à ideia da unidade nacional na Guiné-Bissau para fazer face a e vencer os problemas do país, apesar de serem duas realidades sociais e históricas diferentes. Ou seja, este facto apresenta limitações das lideranças políticas actuais em construir estratégias de enfrentamento dos problemas que o país enfrenta na actualidade, que também era preocupação de Amílcar Cabral. Segundo Barros:

Sem o líder, os herdeiros não foram capazes de prosseguir com a vertente crítica e inovadora do modelo cabralista. Seguiram mecanicamente os escritos do líder. É aqui que reside o dilema pós-independência. As lideranças políticas actuais não foram capazes de montar uma estratégia política viável

para promover o desenvolvimento e enfrentar os problemas críticos do país. “As crises políticas interferiram nas relações de confiança entre os dirigentes políticos com a sociedade (Barros 2011:9).

Esta falta de confiança citada por Barros ajudou a evidenciar uma atitude omissa da sociedade diante do comportamento desestabilizador dos políticos, por meio de suas escolhas que levam em consideração os anseios da população, que acabam afectando de forma negativa o cotidiano da sociedade.

A década de 1990 representou um período de alguns avanços substanciais, especialmente em termos cívicos. Por exemplo, a criação da LGDH, do Movimento nacional da Sociedade Civil para Paz, Democracia e Desenvolvimento (MNSCPDD), que reúne diversas organizações civis e várias outras organizações da sociedade civil organizada foi neste período. No entanto, foi um período em que ascendeu no país uma nova geração de políticos por conta da abertura da democracia multipartidária. Alguns críticos, porém, entendem que boa parte dos dirigentes políticos era descomprometida com a gestão dos recursos públicos e com o desenvolvimento do país, repleta de contradições e limitações ideológicas construídas na época da luta pela independência. Segundo Teixeira:

Nas percepções dos dirigentes sobre o Estado na Guiné-Bissau, toma-se como exemplar a luta armada de libertação nacional contra o jugo colonial, a partir de 1963, o processo de construção de Estado-nação e a relação entre o Estado e a sociedade civil conduzida, quase sempre, de forma oportunista na gestão de recursos públicos, entre os anos de 1980 e 1990 (Teixeira 2015b:265).

Essas percepções acima analisadas evidenciam, em grande medida, o comportamento dessa geração de políticos que contribuem para a instabilidade social e política na sociedade bissau-guineense com apoio dos militares, provocando uma onda de instabilidade política e institucional que assola as instituições da República desde a guerra civil de 1998 até aos dias actuais. Salienta-se que muitos destes políticos se apresentam ou se autodenominam como intelectuais e quadros técnicos. Entre muitos factores, tais como a disputa pelo poder político no aparelho do Estado, existe também outro factor que contribui para esta contínua instabilidade política no país, nomeadamente, a fragilidade das instituições do Estado, cujas regras do jogo democrático na esfera do Estado não encontram um respaldo suficiente na sociedade. Importa referir também que a interferência dos militares no âmbito político tem gerado um clima de medo no aparelho do Estado. Para Teixeira:

[...] Identificamos uma tensão entre o poder *subjetivo-formal* e o poder *objetivo-real*, ou seja, a tensão entre as regras institucionais do Estado e a incorporação

dessas regras na estrutura social. Essa tensão se expressa pelo sentimento de medo no interior do Estado, [...] e da sociedade civil em razão de sucessivos golpes de Estado. Portanto, a presença militar é o maior *handicap* (Teixeira 2015b:268).

Este fascínio pelo poder fez esta geração de políticos se tornar refém de um sistema de poder que jamais trará segurança e muito menos uma felicidade duradoura para eles. Desta forma, os interesses coletivos que nortearam os ideais da luta de libertação se tornaram assunto de segundo plano.

A geração em questão sempre criticou a geração dos combatentes da liberdade da pátria como um grupo com histórico de corrupção, amarrada ao poder e incompetente para além de ser incapaz de gerir o país. Sabe-se que a geração dos combatentes tinha, na sua grande maioria, pessoas que não tinham formação técnica ou superior. No entanto, apesar dos seus limites, o pequeno grupo selecto de combatentes que tinha formação conseguiu com apoio de outros gerir o país num curto período de tempo, entre 1974 e 1980, trazendo pequenas indústrias de base e oferecendo cursos de formação superior para a actual geração que hoje perturba governa o país. Este projecto de formação continuou na década de 1980, sempre numa parceria com países como a antiga União Soviética, Brasil, Cuba, Portugal, etc. Evidentemente, essas indústrias foram fruto da ajuda internacional vinda de países parceiros da Guiné-Bissau (Sucuma 2013). Para Ferreira (2012:2), “o período desse governo foi [de] seis anos (1974-1980). Teve o privilégio e o benefício de ter sido o governo que maior ajuda per capita recebeu no mundo inteiro”.

O contexto criado por esta geração de políticos emergentes nos anos 1990 contribuiu para sufocar o processo de renascimento iniciado na mesma década abrindo, assim, espaço para um período obscuro na história do país. É um período obscuro porque o país vive desde 1998 numa instabilidade política.

O imediatismo ganhou proporções no seio desta geração que constitui a elite política do país. Este imediatismo também se estendeu à elite económica, sobretudo quando o assunto é o acesso ao poder político e económico. Isso limita a capacidade de pensar respostas consistentes para os problemas que o país enfrenta. De acordo com Bobbio,

[...] Existem três tipos de poder: Económico, Ideológico e Político. O Poder económico se vale da posse de certos bens, necessários ou percebidos como tais, numa situação de escassez, para induzir os que não os possuem a adotar uma certa conduta, consistente principalmente na execução de um trabalho útil [...]. O poder ideológico é aquele que vale da posse de certas formas de saber, doutrinas, conhecimentos, às vezes apenas de informações, ou de códigos de conduta, para exercer uma influência sobre o comportamento alheio e induzir os membros do grupo a realizar ou não realizar uma ação. Além do mais, definir o poder político

como o poder cujo meio específico é a força, serve para fazer entender porque é que ele sempre foi considerado como o sumo poder, isto é, o poder cuja posse distingue em toda sociedade o grupo dominante. De fato, o poder coativo é aquele de que todo grupo social necessita para defender-se dos ataques externos ou para impedir a própria desagregação interna [...] (Bobbio 1987:82-83).

No caso da Guiné-Bissau, os poderes político e econômico foram mais usados no segundo e terceiro momentos, com maior intensidade no último momento. A corrida pelo acesso ao poder político e econômico envolve a elite intelectual, política e econômica. Como consequência o país começou a registrar uma crise política, que por sua vez abriu espaço para tráfico de drogas, pobreza, impunidade e corrupção. De acordo com a reportagem feita por Isabel Marisa Serafim, em 2007, onde encontramos uma entrevista do ex-diretor geral da polícia judiciária da Guiné-Bissau:

O diretor-geral da Polícia Judiciária guineense, Orlando Silva, disse que o combate ao tráfico de droga é “bastante complicado, porque além da falta de material, há também falta de homens qualificados”. Por outro lado, Orlando Silva salientou que “as ilhas dos Bijagós praticamente não fazem parte da Guiné-Bissau, porque não há um controlo do Estado e os traficantes conhecem essas fraquezas e instalam-se lá a seu bel-prazer, estando neste momento a armazenar” (Serafim 2007).

O texto acima demonstra uma fragilidade das instituições do Estado responsáveis pelo controle do território do país bem como ausência de um planeamento estratégico de combate ao tráfico de droga. Esse contexto evidencia ainda a impunidade e a corrupção, factos que levam ao desrespeito das leis da República. O desrespeito ficou mais evidente por parte de actores políticos no poder, o que se vê pelos golpes militares que aconteceram.

Tendo em conta estas preocupações, alguns sectores da sociedade civil bissau-guineense não se sentem representados pela classe política que formalmente os representa, tanto na Assembleia Nacional Popular (Parlamento) quanto nas instâncias administrativas.

Tanto no Parlamento quanto nos fóruns de debates, entre os partidos políticos, quase não se observa um debate ideológico combinado com um debate em prol do desenvolvimento social, econômico e político do país. No período pós-independência ocorreram muitos debates ideológicos no seio do PAIGC e da sociedade, tendo Amílcar Cabral como referência e o socialismo como algo que deveria ser consolidado no país. O fato é que o debate ideológico ajuda na concepção do modelo de desenvolvimento que se quer alcançar.

Em 1998, o país se envolveu num conflito político-militar; foi um duelo entre o presidente João Bernardo Vieira e o então Chefe de Estado Maior-General das Forças Armadas/CEMGFA, Ansumane Mané, morto

num confronto de grupos militares em 2000. Um conflito de interesses políticos esteve na origem da guerra. No final de 1997 e início de 1998 instaurou-se na Assembleia Nacional Popular/ANP uma comissão de inquérito para investigar a venda de armas para o Movimento das Forças Democráticas de Casamansa/MFDC, no sul de Senegal. Esse movimento luta pela independência da região. O objetivo da comissão era identificar e responsabilizar as autoridades políticas e militares guineenses envolvidas na venda de armas para o grupo supracitado. Este facto levou o Presidente a exonerar Ansumane Mané como CEMGFA do seu cargo. Isso gerou imediatamente o conflito militar. Um dos argumentos que Ansumane Mané e seu grupo apresentaram foi que as condições de antigos combatentes eram precárias e precisavam de ser melhoradas; as condições financeiras de manutenção nos quartéis e dos militares eram igualmente precárias. Foi um conflito que afectou negativamente o país em diferentes esferas: política, econômica, social entre outras, e cujas consequências são perceptíveis até hoje. Em decorrência do conflito de 1998, o país foi obrigado a entrar num período de transição política que iniciou em 1999, quando a Guiné teve como Presidente da República interino, Malam Bacai Sanha, e um governo de unidade nacional liderado pelo então Primeiro Ministro, Francisco José Fadul, que tinha como missão mediar os conflitos e organizar as eleições. Estas foram vencidas pelo Partido de Renovação Social (PRS), cujo presidente eleito, Koumba Yala, foi destituído do poder pelos militares no final de 2003 por via dum golpe de estado. A sociedade civil organizada, junto com os militares, após vários dias de discussão, chegou a um consenso para escolher Henrique Pereira Rosa para ser o novo Presidente da República interino entre 2003 e 2005.

Em 2005, após um bom tempo refugiado em Portugal, o então Presidente da República, João Bernardo Vieira, deposto durante o conflito político militar iniciado em 1998, retornou a Bissau a fim de concorrer às eleições presidenciais de 2005 e ganhou como candidato independente. No mesmo ano, um desentendimento político entre o Presidente eleito, João Bernardo Vieira, e o Primeiro Ministro, Carlos Gomes Júnior, levou o Presidente a derrubar o governo liderado por Carlos Gomes Júnior. Em 2008, o PAIGC ganhou as eleições legislativas e Carlos Gomes Júnior, que era presidente do PAIGC na época, assumiu o cargo de Primeiro Ministro conforme reza o estatuto do partido. Neste período, o Presidente da República, João Bernardo Vieira, foi assassinado em 2009. No mesmo ano aconteceu a eleição presidencial cujo vencedor foi o candidato do PAIGC Malam Bacai Sanha, que tomou posse em setembro de 2009. Em Janeiro de 2012 morreu o Presidente Malam Bacai Sanha, vítima de doença. Em 12 de Abril de 2012 ocorreu o golpe militar que derrubou o Primeiro Ministro Carlos Gomes

Júnior. Este cenário de golpe perdurou até ao final do primeiro semestre de 2014. Esses golpes militares envolveram sempre políticos e militares, facto que resultou em sanções políticas e económicas internacionais contra o país e os golpistas. Como consequência, os governos resultantes de golpes tiveram dificuldades para pagar salários aos funcionários públicos, aumentando a pobreza e outros problemas sociais.

A explicação dos factos supracitados está ligada a uma experiência negativa relacionada ao conflito político-militar de 1998 que se estendeu com sucessivos golpes de Estado nos anos seguintes. Neste cenário, os militares ganharam protagonismo operacional na materialização dos golpes do Estado numa aliança com uma parcela importante da elite política nacional. Esta explicação ajuda a entender o motivo pelo qual vários Presidentes da República e governos eleitos não conseguiram terminar seus mandatos. Segundo Teixeira, “Os conflitos tiveram por resultado que nenhum governo e/ou presidente, democraticamente eleito, conseguiu terminar o seu mandato constitucionalmente assegurado, gerando aumento da instabilidade política” (Teixeira 2015b:212). A seguir, o quadro 1, apresenta os presidentes que não terminaram os seus mandatos.

Quadro 1: Presidentes que não terminaram seus mandatos

	Ano da Interrupção do Mandato	Nomes	Partido	Motivo
01	1999	João Bernardo Vieira	PAIGC	Golpe
02	2003	Koumba Yala	PRS	Golpe
03	2009	João Bernardo Vieira	Candidato Independente	Golpe
04	2012	Malam Bacai Sanha	PAIGC	Vítima de doença

Fonte: Elaboração própria.

O quadro acima demonstra a trajetória histórica de intensos golpes militares que aconteceram no país. Neste quadro, o único Presidente que não teve seu mandato interrompido, por meio de golpe militar foi Malam Bacai Sanha, que morreu vítima de doença. Também vale salientar que desde 1994, quando ocorreram as primeiras eleições gerais (para eleger presidente e primeiro ministro), até ao presente momento, nenhum governo eleito conseguiu terminar o seu mandato.

Os políticos bissau-guineenses têm responsabilidade pela instabilidade política que acontece no país. A participação dos militares caracteriza-se como instrumento útil dos políticos para se chegar ao poder via golpe militar. Mas isso não tira a responsabilidade dos militares nas crises políticas

que ocorrem na Guiné-Bissau, até porque os militares “criaram o hábito” de realizar golpes de estado nas últimas décadas para garantir a manutenção de suas regalias políticas e interesses econômicos, especialmente por parte dos altos oficiais das Forças Armadas. Portanto, os militares deixaram de ser vítimas dos políticos, mas cúmplices de todas as instabilidades políticas que veem acontecendo no país. As lideranças políticas dos principais partidos não conseguiram, até então, apresentar uma agenda política de pacto de governação com engajamento de todos os actores políticos em nome da paz e estabilidade social e política do país. Segundo Filinto Barros, “sem o líder, os herdeiros não foram capazes de prosseguir com a vertente crítica e inovadora do modelo cabralista. Seguiram mecanicamente os escritos do líder. É aqui que reside o dilema pós-independência” (2011:9).

O problema da instabilidade política revela um elemento peculiar dos políticos guineenses que é a ausência de um comprometimento político e ideológico que norteou a visão do líder da independência, Amílcar Cabral, bem como todo o processo da luta pela independência da Guiné-Bissau com objectivo de obter paz; liberdade política e económica; desenvolvimento socio-económico; cumprimento das normas institucionais. Infelizmente, estes valores estão fora da agenda da elite política. Segundo Delfim da Silva, ex-ministro e dirigente político do PAIGC, num depoimento à Agência de Notícias Portuguesa –

Desde Cabral, o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) teve sempre um discurso ético”, mas “a partir dos anos 1980, o que passou a funcionar foi cada um safar-se e não safar o país”. Um “salve-se quem puder”, em que uns “apareceram milionários de repente” ao lado dos que “nada tinham” (Lusa 2015).

As preocupações colocadas por Delfim são evidentes na sociedade guineense. Isso reforça a visão patrimonialista que norteia o comportamento da elite política. Cabe salientar que naquele período, o país vivia um contexto de crise económica e de escassez material, facto que dificulta a manutenção ideológica entre os dirigentes políticos. Neste caso, não se trata só do grupo que está no poder, mas trata-se também de políticos que estão na oposição, e que muitas vezes criticam os seus adversários no poder. Outra agravante, neste processo, consiste na ausência de um bloco de coaligação duradoura e consistente de forças políticas, envolvendo a elite política, económica e as organizações da sociedade civil em prol do desenvolvimento do país. O enriquecimento ilícito e os descasos com as instituições públicas constituem um grande desafio para o país. Neste sentido, aumenta a responsabilidade da classe política e da sociedade civil. Com base na discussão apresentada neste texto, percebe-se que existe possibilidade deste contexto de instabilidade

política, que assola a Guiné-Bissau nas últimas décadas, ser atravessado por interesses econômicos e disputas pelo controle do poder político. O problema do narcotráfico afecta de forma negativa o Estado da Guiné-Bissau, sendo reconhecido pelas autoridades do país. De acordo com a reportagem feita por Isabel Marisa Serafim, que contém a entrevista do ex-director geral da polícia judiciária da Guiné-Bissau em 2007

A existência do corredor, conhecido por Brazilian Connection (rota brasileira) que começa no Brasil, atravessa ex-colónias portuguesas em África, como a Guiné-Bissau, e termina em Portugal ou em Espanha, é admitida pelas autoridades guineenses. As características do arquipélago dos Bijagós – um conjunto de cerca de 90 ilhas, a maior parte das quais desertas, e menos de 1.500 habitantes – e a sua localização estratégica tornaram-no no mais apetecível destino das drogas provenientes da América do Sul, onde ficam armazenadas à espera de serem enviadas para a Europa. Mas não são só estes atrativos que contribuíram para que o arquipélago se tornasse em “placa giratória” do tráfico de droga internacional. “A situação socioeconómica da população associada [...] à falta de capacidades institucionais e operacionais para combater o tráfico ilícito internacional e o crime organizado constituem fatores prováveis de atração de organizações e redes de crime organizado” disse o diretor-geral da PJ guineense Orlando Silva (Serafim 2007).

Este contexto interfere diretamente no processo da instabilidade política que o país vive atualmente, porque gerou disputa política pelo controle de tráfico de drogas. A instabilidade política e ausência de um pacto de governação no seio das elites política, económica e intelectual gera um custo político e económico muito alto para o campo da educação como um todo. Nestas condições, o processo de desenvolvimento, por exemplo, a construção e consolidação do ensino superior e aposta na pesquisa ficam comprometidos, gerando assim impacto negativo na instabilidade do desenvolvimento do ensino superior.

Este contexto entra em contradição com as mensagens que Amílcar Cabral passava, desde a época da mobilização até o período da luta da libertação, fundamentadas na ideologia socialista. Esse pensamento consistia na unidade nacional, diálogo, dar oportunidades para a nova geração, tornar a Guiné um país mais próspero. Neste sentido, considerando o contexto da globalização económica e do capitalismo maduro, como é que as elites locais podem enfrentar os desafios impostos pela globalização capitalista? É um assunto que iremos procurar compreender no ítem a seguir.

Por outro lado, existem possibilidades para enfrentar esse dilema que passam necessariamente pelos caminhos da educação articulada ao planeamento estratégico de longo prazo com possibilidades de gerar impactos em diversos sectores da sociedade bissau-guineense.

A conjuntura política contemporânea na Guiné-Bissau e seus impactos sócio-econômicos e educacionais

Existem ainda grandes desafios a serem enfrentados no Continente Africano e na Guiné-Bissau, sobretudo no campo político e cultural. A transposição da democracia burguesa liberal para África com uma maior centralidade nos anos 1990, especialmente na Guiné-Bissau, se estendeu também para o campo da liberalização do mercado nacional ao capital externo, através de uma imposição do Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM), com uma gestão econômica internacional de acordo com o Sistema Bretton Woods. Na visão da comunidade internacional, o multipartidarismo e a liberalização do mercado na África constitui um aspecto fundamental para que os países de África possam receber crédito e negociação das dívidas externas junto ao FMI e BM. No caso específico da Guiné-Bissau, esta estratégia teve consequências sérias para o país. Isso aconteceu porque o tempo para a adequação do novo sistema político econômico não foi suficiente para fazer a ponte entre as estruturas sociopolíticas, culturais e as disputas políticas internas pre-existentes no país.

Ainda na trilha dos factos conjunturais neste período de instabilidade política, a falta de investimento público estatal na educação tornou-se mais acentuada. Neste interim, registou-se o problema da dependência econômica do país dos seus parceiros bilaterais e multilaterais que dão apoio na execução do orçamento geral do Estado até nos projetos ligados à educação, concretamente no pagamento de salários de professores e alguns programas que incentivam o acesso ao ensino básico, fundamental e médio para todos os guineenses.

No quadro da institucionalização das universidades e sua trajectória na Guiné-Bissau, entende-se que este período representa uma fase considerada importante na história do país, diante de inúmeros problemas políticos internos com origem nos anos 1970 e 1980 e que se agravaram com o conflito político militar de Junho de 98. Com base neste entendimento vislumbramos a constituição embrionária do *Terceiro Projecto de Sociedade* na Guiné-Bissau. Apresentamos em seguida os elementos que compõem este projeto.

Este terceiro projecto teve como base o contexto sociopolítico e econômico vivenciado nos anos 1980. Entre os anos 1990 e 2000 o projeto ganhou corpo efectivo. Agora, em que consiste este novo projecto de sociedade?

Nos finais da década de 1980 e início dos anos 1990, o FMI e o BM investiram em muitos projectos de desenvolvimento na Guiné-Bissau. Em 1997, o BM apoiou a execução do “Projeto Firkidja” ligado ao Ministério da

Educação, cujo objectivo era ampliar o acesso ao ensino básico, melhorar a qualidade do sistema educativo e a gestão de recursos humanos, financeiros e administrativos.

Desde os anos 1980 já tinha começado a germinar a primeira reflexão sobre um projecto que tinha como propósito instituir uma Universidade na Guiné, entre 1980 e 1990, proposto por Carlos Lopes, ex-Diretor do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP).

Nos anos 1990, as autoridades políticas da Guiné-Bissau começaram a reconhecer a necessidade de valorizar as capacidades nacionais no âmbito da formação. Isso passava necessariamente pela criação de uma capacidade nacional de formação e investigação, inserção de assistência técnica e valorização de recursos humanos na formação e viabilização de um programa de formação, organização e gestão do mercado de trabalho. O Ministério da Educação incluiu no seu Plano-Quadro Nacional “Educação para o Desenvolvimento Humano” no país onde o ensino superior, a pesquisa e o desenvolvimento devem ocupar um espaço privilegiado, deixando de priorizar a formação no exterior como alternativa sem, no entanto, oficializar a criação de uma universidade. A estrutura deste projecto se insere na criação de uma federação das instituições universitárias e para-universitárias existentes no país. Daí nasce a proposta da Universidade de Bissau (UNIBIS), quando em 1997 foi celebrado um protocolo de intenção entre o Ministério da Educação e a Cooperativa de Ensino Universidade Lusíada, prevendo a instalação da Universidade Lusíada em Bissau.

Nesta trajetória, a Universidade Amílcar Cabral/UAC, criada em 1999, começou a funcionar em 2003/2004 numa parceria pública privada entre o Governo da Guiné-Bissau e a Universidade Lusófona, que é uma universidade privada. Esta cooperação entre as duas instituições de ensino foi suspensa no final de 2008. O encerramento desta parceria se deve ao cumprimento do acordo assinado entre as partes. Ou seja, problemas de choque de gestão entre os parceiros envolvidos no processo, que culminou com a crise institucional na UAC, gerando greves dos docentes e outros.

Posto isto, *o terceiro projeto* nos ajuda a compreender o espaço e as condições objetivas que a educação tomou neste projeto, sobretudo no ensino superior.

Nesta fase do projecto, registou-se um aumento da demanda pelo acesso às universidades, sejam públicas ou privadas. Porém, muitos desses candidatos que almejam ingressar nas universidades não possuem condições financeiras para arcar com as despesas de mensalidades na universidade pública ou privada. Na universidade pública, as mensalidades são pagas porque, segundo

o Ministério da Educação, o montante do fundo aplicado pelo governo na instituição não é suficiente para as despesas que a universidade demandava, facto que interferiu directamente no bom funcionamento da universidade.

Neste terceiro projecto observou-se a construção de uma proposta de desenvolvimento para a Guiné-Bissau chamada “Djitu tem” (que quer dizer, “é possível desenvolver o país”), bem como a redução da pobreza.

A Guiné-Bissau, consciente da sua situação humana, realizou em 1991 um inquérito sobre o consumo e o orçamento das famílias (ICOF), cujo resultado foi reavaliado em 1994. Ele indicou uma taxa de pobreza de 49% no limite de 2\$ por dia. Para identificar as fraquezas e os recursos do país com vista à definição de estratégias globais que podem favorecer o desenvolvimento sustentável e a consequente redução da pobreza, foi realizado, de 1994 a 1996, um estudo prospectivo de longo prazo baptizado “Djitu tem”. A sua abordagem participativa permitiu recolher as aspirações das populações, identificar os obstáculos ao desenvolvimento, e desenhar estratégias apropriadas. Este documento prospectivo revela que o desenvolvimento da Guiné-Bissau e a eliminação da pobreza exigem uma abordagem mais abrangente, que tomará em conta não só os aspectos económicos, mas também as dimensões sociais, humanas, ambientais e institucionais. Isto significa que questões tais como boa governação, luta contra a corrupção, respeito pelos direitos humanos, igualdade de género, reforço da capacidade institucional, melhoria da oferta dos serviços sociais, aumento da capacidade de produção agrícola e de pesca, conservação do ambiente, entre outros, deverão merecer uma atenção acrescida na luta contra a pobreza (Guiné-Bissau 2005:5).

O documento “Djitu tem” serviu de base para construir um outro documento chamado de Documento de Estratégia Nacional de Redução de Pobreza (DENARP) estruturado em 2005 com o objectivo de combater a pobreza e promover o desenvolvimento da Guiné-Bissau. Estas iniciativas demonstram que o terceiro projecto apresenta uma ideia boa para o desenvolvimento do país.

Ainda no quadro deste terceiro projecto, o governo lançou a segunda fase do DENARP em 2011, chamado de DENARP II. A ideia era que esta fase cobrisse o período de 2011 a 2015. O DENARP II tinha como objectivo reduzir significativamente a pobreza nas suas múltiplas dimensões, criando oportunidades de rendimentos, de emprego e melhorando o acesso aos serviços públicos básicos de qualidade num Estado de Direito reforçado.

Não obstante, o DENARP I e II e outros projectos políticos que visam construir o processo do desenvolvimento não conseguiram avançar por causa da constante instabilidade política no país.

Há 22 anos que o país sofre com a instabilidade política. Nenhum governo eleito terminou o seu mandato de 04 anos até aos dias actuais. De acordo com a agência de notícias DW (2014), nas eleições gerais para eleger o presidente e o governo, o PAIGC conseguiu ganhar as duas eleições. Nessas eleições, José Mário Vaz foi eleito Presidente da República em 2014 pelo partido PAIGC no segundo turno do pleito com o seu adversário Nuno Gomes Nabiam ocorrido em Maio do mesmo ano. Ele foi o único presidente que terminou o seu mandato. No entanto, o Presidente Mário Vaz não permitiu que o governo do PAIGC terminasse o mandato que o povo lhe havia confiado nas urnas em 2014 por causa dum conflicto interno entre ele e o Primeiro Ministro na época, Domingos Simões Pereira.

Em 2019 foram realizadas eleições presidenciais e legislativas (para eleger o governo). Em Março de 2019, o PAIGC ganhou as eleições legislativas. Neste mesmo ano foi realizada a eleição presidencial, cujo primeiro turno aconteceu em Novembro de 2019. Este pleito resultou no segundo turno da eleição disputado pelos candidatos Sr. Domingos Simões Pereira (PAIGC) e Sr. Umaro Sissoco Embaló que foi realizado no final de Dezembro do mesmo ano (MADEM – G15). A eleição presidencial foi coberta duma série de denúncias de fraude por parte do PAIGC contra o candidato do MADEM – G15. Apesar de a Comissão Nacional de Eleições ter reconhecido por três vezes a vitória de candidato Umaro Sissoco Embaló.

Tendo em conta esta crise política, aconteceu a primeira posse simbólica do Sr. Umaro Sissoco Embaló como Presidente da República no dia 27 de fevereiro de 2020 antes da decisão do Supremo Tribunal de Justiça sobre o processo movido pelo PAIGC contra o candidato do MADEM – G15. A posse foi feita pelo ex-Presidente da República Sr. José Mário Vaz com a presença de alguns oficiais militares, no entanto, os Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) e da Assembleia Nacional Popular (ANP) não compareceram à cerimónia. Diante deste cenário, Umaro Sissoco Embaló, emitiu após a sua posse o Decreto presidencial número 01/2020, de 28 de Fevereiro, que demitiu o governo do PAIGC eleito nas eleições legislativas de Março do mesmo ano e liderado por Aristides Gomes. Em seguida, nomeou, através do Decreto presidencial número 02/2020, de 28 de Fevereiro, o seu aliado político, Nuno Gomes Nabiam, do partido APU – PDG para o cargo de Primeiro Ministro.

Os militares entraram em cena quando mandaram fechar todas as instituições do governo e o Supremo Tribunal de Justiça (STJ), configurando assim um golpe de Estado. As únicas pessoas que podem ocupar postos nas instituições do governo são os membros do governo liderado por Nuno Gomes Nabiam.

Nas últimas décadas, a organização regional conhecida por Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental, CEDEAO, tem sido responsável pela mediação dos conflitos e crises políticas na Guiné-Bissau. No entanto, nas últimas duas décadas a sua actuação vem recebendo muita crítica de alguns intelectuais guineenses por causa de omissões da CEDEAO em relação às medidas de punição mais duras dos militares e políticos que têm participado na promoção de um ambiente de instabilidade política no país. Este debate envolve as relações de poder no âmbito sub-regional e suas articulações internas. Evidentemente que não podemos negar que os primeiros e maiores responsáveis pelas crises políticas que têm acontecido no país são os próprios cidadãos bissau-guineenses. Este facto deixa em evidência que existe um núcleo de políticos e militares ligados a diversos partidos políticos que se beneficiam desse processo de instabilidade política, deixando o país em segundo ou terceiro plano.

Os factos acima citados permitem-nos observar que a democracia na Guiné-Bissau tem uma característica mais formal com uma constituição e instituições da República. Infelizmente, do ponto de vista prático não existe uma democracia efectiva visto que o funcionamento das instituições políticas da República é interrompido constantemente quando acontece um golpe de estado, e nenhum governo terminou seu mandato desde que o país começou a organizar as eleições legislativas para eleger um governo. Os problemas supracitados revelam um processo que contribuiu para frustrar todo o esforço feito no âmbito da luta pela independência, da unidade nacional e na construção de um estado de direito. De acordo com Christoph Kohl, “O movimento independentista advogou um modelo de unidade unidade nacional na diversidade étnica, mas a construção da nacionalidade não foi efectivamente acompanhada por uma edificação estatal bem-sucedida” (2011:39).

Enquanto os guineenses em geral e diferentes sectores da sociedade não começarem a analisar o custo político, social e económico desses golpes de Estado de forma responsável e comprometida, realizando uma reforma profunda no sector de defesa e segurança, dificilmente o país poderá sair desta situação.

Considerações Finais

A democracia burguesa introduzida no continente africano, especialmente na Guiné-Bissau, constitui um valor importante para a sociedade, possuindo um valor inestimável no mundo contemporâneo pela sua dinâmica de contribuir para o diálogo entre os povos de diversas origens, seja no campo endógeno como na perspectiva exógena. Porém, a forma como ela foi introduzida na Guiné-Bissau tem gerado um problema de instabilidade política, visto que essa experiência democrática foi implementada sem um

processo de articulação com as experiências e valores étnicos e culturais, sociais e políticos que existiam no país. Este facto tem contribuído para constantes instabilidades políticas que acabam provocando tensões nas relações interétnicas no país. Estas são, por sua vez, passíveis de serem observadas nos períodos eleitorais quando os actores políticos usam discursos agressivos que geram desconfianças entre os diversos grupos étnicos com o objectivo de agregar votos étnicos, factor extremamente nocivo para a convivência interétnica.

Partindo dos textos de autores pós-coloniais utilizados neste trabalho, podemos ver que o projecto de construção do Estado e desenvolvimento na Guiné-Bissau pós-independência não tem sido eficiente para efectivar o processo de construção de um Estado forte e estável capaz de garantir a melhor qualidade de vida para a população. Isto deve-se ao contexto de instabilidade política instaurado no país protagonizado pelos militares e políticos numa clara disputa pelo domínio do poder político e económico na Guiné-Bissau.

Considerando as reflexões de Teixeira (2015a), Semedo (2012) e Cardoso (1995) abordadas neste trabalho, as disputas pelo controle do poder político republicano e a rivalidade política motivaram instabilidade política, sucessivos golpes de Estado assim como aumento da violação dos direitos humanos no país. Este facto tem gerado uma grande preocupação por parte das organizações da sociedade civil nacional e internacional. O principal caminho para superar os problemas e desafios analisados neste texto passa necessariamente pela reforma nos sectores de defesa e segurança bem como pela responsabilização de todos os sectores sociais importantes e influentes da sociedade sobre a resolução de conflitos políticos que assolam o país há 22 anos. Passa também pela tomada de consciência de todos os cidadãos bissau-guineenses sobre os custos políticos, sociais e económicos que a instabilidade política e o desrespeito à ordem constitucional causam para a construção da paz social e política assim como para o desenvolvimento da Guiné-Bissau em diversas esferas.

Referências

- Augel, J., 1996, 'Guiné-Bissau: vanguarda anti-imperialista, falência do estado e esperança num novo começo', in J. Augel, & C. Cardoso, eds., *Transição Democrática na Guiné-Bissau e Outros Ensaios*, Bissau: INEP.
- Barros, F., 2011, *Testemunho*, Bissau: INACEP.
- Bobbio, N., 1987, *Estado, Governo, Sociedade: por uma teoria geral da política*, Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Cabral, A. & Comitini, C., 1978, *A Arma da Teoria*, 2ª ed. Lisboa: Seabra Nova.
- Cabral, A. & Comitini, C., 1980, *A Arma da Teoria*, Rio de Janeiro: Editora Codecri

- Cardoso, C., 1995, 'A transição democrática na Guiné-Bissau: um parto difícil', *Lusotopie, Transitions libérales en Afrique lusophone*, Vol. 2, pp. 259-282.
- Cardoso, C., 1996, 'A Transição Democrática na Guiné-Bissau: um pacto difícil', in J. Augel, & C. Cardoso, eds., *Transição Democrática na Guiné-Bissau e Outros Ensaios*, Bissau: INEP.
- Djú, E., 2019, *Estado Guineense e o Desenvolvimento Nacional*, São Luís.
- Dussel, E., 1977, *Filosofia da Libertação na América Latina*, São Paulo: Edições Loyola.
- DW, 2014, 'Eleições de 2014 na Guiné-Bissau, 16/07/2014. Disponível online <https://www.dw.com/pt-002/paigc-vence-legislativas-guineenses-e-presidenciais-ter%C3%A3o-segunda-volta/a-17574309>
- Eco, U., 1984, *Como se faz uma tese em ciências humanas*, 3ª ed., Lisboa: Editorial Presença.
- Fanon, F., 2020, *Pele negra, máscaras brancas*, São Paulo: UBU Editora.
- Ferreira, A., 2012, 'As crises Político-Militares na Guiné-Bissau: Causas, problemas e soluções', *Jornal Expresso das Ilhas – Especial Guiné-Bissau*, No. 546.
- Gomes, F., 2014, *Direitos humanos na Guiné-Bissau – Eu conto como foi! Memórias de um percurso*, Lisboa: Chiado Editora.
- Gomes, P.G., 2010, *Os fundamentos de uma nova sociedade: o P.A.I.G.C. e a luta armada na Guiné-Bissau (1963-1973) – Organização do Estado e relações internacionais*, Torino: L'Harmattan Itália.
- Guiné-Bissau, Ministério da Economia do Plano e Integração Regional, 2005, *Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza I (DENARP I)*, UNFPA:Bissau.
- Guiné-Bissau, Ministério da Economia do Plano e Integração Regional, 2011, *Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza II (DENARP II)*, UNFPA: Bissau.
- Huntington, S., 1994, *A terceira onda: democratização no final do século XX*, São Paulo: Ática.
- Kohl, C., 2011, 'Construindo a nação na África pós-colonial: o exemplo de Guiné-Bissau', *Tensões Mundiais*, Vol. 7, No. 13, pp. 39-71.
- Liga Guineense dos Direitos Humanos, 2016, *Relatório sobre a situação dos Direitos Humanos na Guiné-Bissau, 2013/2015*, Bissau: Guide Artes Gráficas.
- Linz, J. & Stepan, A., 1999, *A transição e consolidação da democracia. A experiência do Sul da Europa e da América do Sul*, São Paulo: Paz e Terra.
- Lopes, C., 1997, *Compasso de espera: o fundamental e o acessório na crise africana*, Porto: Afrontamento.
- Lusa, 2015, 'PAIGC, ferido e em crise, ameaça estabilidade do país', *RTPNotícias*, 22/09/2015. Disponível online https://www.rtp.pt/noticias/mundo/paigc-ferido-e-em-crise-ameaca-estabilidade-do-pais_n860104
- Mata, I., 2014, 'Estudos pós-coloniais: desconstruindo genealogias eurocênticas', *Civitas, Rev. Ciênc. Soc.*, Vol. 14, No. 1, pp. 27 – 42.
- Ministério da Economia, do Plano e da Integração Regional - Instituto Nacional de Estatística, 2009, *Terceiro Recenseamento Geral da População e Habitação*, Bissau.
- Monteiro, J.J.S., 2015, 'Os primeiros anos de independência são fabulosos', Lusa, 27/10/2015. Disponível online <http://conosaba.blogspot.com/2015/10/opiniaos-primeiros-anos-de.html>

- Przeworski, A., 1994, *Democracia e mercado no Leste Europeu e na América Latina*, Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- Semedo, R.J., 2012, *Conacri como Espaço Duplo: retaguarda de luta e de produção e reprodução de conflitos*, Bissau.
- Serafim, I.M., 2007, 'Bijagós, um arquipélago na rota internacional narcotráfico', *RTPNotícias*, 10/02/2007. Disponível online https://www.rtp.pt/noticias/mundo/bijagos-um-arquipelago-na-rota-internacional-narcotrafico_n134759Sucuma, A., 2013, *Estado e ensino superior na Guiné-Bissau 1974-2008*, Recife: Editora Universitária da UFPE.
- Teixeira, R.J.D., 2015a, *Cabo Verde e Guiné-Bissau: as relações entre a Sociedade Civil e o Estado*, Recife: Ed. da UFPE.
- Teixeira, R.J.D., 2015b, 'Transição democrática e modelos de democracia', *Tensões Mundiais*, Vol. 11, No.. 20, pp. 199-223.